

SOBRE O DESENVOLVIMENTO INSULAR

Álvaro Monjardino – Instituto Histórico da Ilha Terceira
Rua Jacinto Cândido, 14, 9700-101 Angra do Heroísmo. E-mail:
amonjardino@azoria.pt

RESUMO

Cabo Verde é um dos mais jovens países do mundo e chegou à independência política na grande onda da descolonização na esteira da 2ª guerra mundial. A sua reduzida dimensão física e humana encontra paralelos em vários lugares do mundo, mormente no caso específico nos novos estados insulares. O presente contributo pretende, a partir da análise do que aconteceu em outro arquipélago – que atingiu (apenas) o estatuto de Região Autónoma – tirar algumas ideias sobre o desenvolvimento insular, segundo o esquema seguinte

1. **AÇORES E CABO VERDE**, ilhas da Macaronésia, arquipélagos oceânicos, ambos lusófonos e de civilização portuguesa. Um integrado em Portugal (e portanto, na União Europeia) com estatuto constitucional de região autónoma; outro, gozando de independência política. Em comum têm a dimensão física e humana; relativa pulverização territorial; limitação de recursos naturais; uma situação geográfica interessante em perspectiva geopolítica; e uma História de sucessivas dependências externas.
2. **O QUE OCORREU NOS AÇORES**: A perspectiva geopolítica, na dinâmica portuguesa da expansão, foi o factor primordial do povoamento. Cinco séculos de ocupação humana definiram uma sociedade de hábitos frugais, que limitações locais impeliram para a emigração desde o século XVI. Mudanças verificadas ao longo dos tempos foram sempre intensamente marcadas por condicionantes externas. Nomeadamente, as (sucessivas) «carreiras das Índias» marcaram a evolução social, económica e até política. A ambiência mundial da guerra-fria deu o argumento geopolítico para a consecução do presente estatuto constitucional.
3. **O QUE HÁ E O QUE FALTA**: Uma autonomia política financeiramente assistida, assente no providencialismo público abriu possibilidades de emprego e, pelo aumento de recursos financeiros públicos, trouxe acentuada melhoria no nível de vida. A tara portuguesa da crónica dependência do poder mantém-se quanto às actividades económicas, comprometendo o sentido do risco e as iniciativas independentes.
4. **REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO**: Independência – condições e riscos. Desenvolvimento – progresso que liberta. Cidadania – ser cidadão sem ser súbdito, marca da sociedade desenvolvida.

I

Analogias: a) condição insular e vulnerabilidades; b) dimensão humana e dependência externa; c) efeitos da guerra-fria.

1. Tanto os Açores como Cabo Verde são ilhas da chamada Macaronésia, designativo para cinco arquipélagos do Atlântico Norte, Açores, Madeira, Selvagens,

Canárias e Cabo Verde, relativamente próximos da Europa e da África; e, por extensão, para a faixa costeira do Noroeste africano – de Marrocos ao Senegal – na latitude dos últimos quatro desses arquipélagos. A designação é nova, embora o nome seja antigo: originário do grego (*makáron* = feliz, afortunado; e *nesoi* = ilhas) para «ilhas abençoadas» ou «Ilhas Afortunadas», expressão já usada pelos antigos geógrafos para as ilhas situadas a oeste do Estreito de Gibraltar.

Trata-se de arquipélagos oceânicos, emersos dos fundos atlânticos, sendo ambos lusófonos e de civilização portuguesa. Um integrado em Portugal (e portanto, na União Europeia) com o estatuto constitucional de região autónoma. Outro, gozando de independência política. Em comum têm ainda a pequena dimensão física e humana; a limitação de recursos naturais e nos meios do respectivo acesso, com as vulnerabilidades inerentes; uma situação geográfica interessante em perspectiva geopolítica; e uma História de sucessivas dependências externas.

2. O arquipélago de Cabo Verde é um conjunto de dez ilhas no Atlântico subtropical (17°11' – 14°49'N e 25°21' – 22°40'W), com uma população da ordem dos 426 000 habitantes que habita nove delas. Sendo um dos mais jovens países do mundo, alcançou a independência política na vaga da descolonização sequente da 2ª guerra mundial. Como se sabe, essa independência aconteceu inicialmente para uma realidade complexa que incluía Cabo Verde em conjunto com a anterior província ultramarina portuguesa da Guiné. Foi uma associação que não funcionou, e este arquipélago acabou por ficar sobre si – o que só acentua a analogia com aquele donde venho.

A reduzida dimensão física e humana de Cabo Verde tem paralelos em vários lugares do mundo, mormente no caso específico dos novos estados insulares. O presente contributo traz elementos para outro paralelo – o que possa fazer-se com os Açores que, em semelhante contexto temporal, se ficaram pelo estatuto de região autónoma portuguesa.

O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas, espalhadas numa extensão de 600 quilómetros na zona temperada o Atlântico Norte (39°40' -36°48'N, 24°45' -31°16'W) e com uma população da ordem dos 245 000 habitantes, dos quais 130 000 numa única ilha, São Miguel, a maior de todas, com uma área de 760 km².

A limitação dos recursos naturais, o peso demográfico e o distanciamento dos grandes mercados nunca permitiram um nível de vida elevado ao comum dos habitantes destas ilhas, muito embora, no caso dos Açores, seja notória uma grande melhoria, sobretudo após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. A dependência externa

tem sido, em qualquer caso, uma constante na vida dos dois arquipélagos, consequência do seu relativo distanciamento dos grandes centros económicos, da falta de quadros técnicos e da necessidade de mercados fora do seu reduzido território.

Os níveis de desenvolvimento económico e social diferem contudo profundamente entre os Açores e Cabo Verde. Para isso que não terá contribuído pouco a condição colonial plurissecular deste último arquipélago, inicialmente muito ligada à função de entreposto da escravatura transatlântica, tudo agravado por características climáticas que repercutem a secura do Sahel, a par de uma independência política muito recente – e, por seu lado, os Açores terem permanecido parte integrante de Portugal, país membro da União Europeia. Com tudo isto, o actual produto interno bruto *per capita* de Cabo Verde não excede US\$ 7000,00 enquanto o dos Açores é presentemente da ordem de US\$ 17 359,00 (€13 729,00).

3. As modificações substanciais ocorridas no último quartel do século XX na vida de ambos os arquipélagos derivaram directamente das alterações políticas ocorridas em Portugal e que neles se projectaram. A essas modificações não foram alheias as tensões internacionais da chamada *guerra-fria* e os correlativos interesses dos seus contendores principais. É, efectivamente, conhecido o patrocínio da União Soviética aos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Igualmente se sabe dos interesses norte-americanos – e, por extensão, da NATO – na disponibilidade para a existência de bases militares nos Açores, causa maior que já fora, em 1949, da própria admissão de Portugal, como membro fundador, no Pacto do Atlântico. Mas porquê só os Açores e não Cabo Verde? Pois, porque o limite meridional das áreas cobertas por aquela aliança político-militar se ficava pelo Trópico de Câncer: o que explica o inêxito da diplomacia portuguesa quando, no intuito de obter apoios externos para a preservação dos territórios do Ultramar, procurava sensibilizar os seus parceiros da Aliança para o valor estratégico desses mesmos territórios, mormente da frente atlântica... Assim, o colapso do Estado Novo, num contexto internacional em que aquelas tensões eram particularmente fortes, levou rapidamente à independência as províncias ultramarinas portuguesas, uma das quais a de Cabo Verde (na altura ainda em ligação com a Guiné) em 12 de Julho de 1975. Este mesmo colapso é que levaria também, por diferentes caminhos embora, à definição de um regime de larga autonomia político-administrativa para os Açores, expresso na Constituição portuguesa de 2 de Abril de 1976. As independências africanas, bem aceites (ou pelo menos não contrariadas) no chamado mundo ocidental, tiveram, à partida, particulares «bênçãos» depois de haverem contado

com efectivas ajudas, da União Soviética e seus satélites. A autonomia açoriana, essa foi «abençoada» pelos Estados Unidos da América, por corresponder a uma solução democrática que, simultaneamente, lhes assegurava os interesses de ordem estratégica no Atlântico Norte.

II

Açores: a) ocupação humana e emigração; b) perspectiva geopolítica: factor primordial do povoamento na dinâmica portuguesa da expansão; c) evolução social, económica e política.

4. Considerados e tratados como província do reino de Portugal desde meados do século XVIII, os Açores já a esse tempo contavam com três séculos de ocupação humana, num povoamento que fora voluntário em oito das suas ilhas e forçado em apenas uma delas. A sociedade açoriana cresceu até meados do século XX, apesar de surtos emigratórios que começaram a partir do século XVI. Era uma sociedade formalmente livre segundo os critérios da época, e também de uma frugalidade que se respaldava na perspectiva espiritual do cristianismo católico tradicional: o mundo não passava de um vale de lágrimas, os inimigos da alma eram esse mundo, o diabo e a carne, mais depressa passava um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrava no paraíso e aos pobres em espírito cabia o reino dos céus. À sombra desta aceitação geral uma minoria vivia muito melhor do que o resto. Era, de facto, uma pequena minoria, com poucas escolhas à sua disposição e até nem alheia a preocupações espirituais, sobretudo perto do fim da vida. Daí os legados pios e o enriquecimento de instituições religiosas graças a isso mesmo.

A sociedade da abundância, filha da era industrial e potenciada pelas técnicas de vendas, trouxe um acesso generalizado aos bens de consumo. Esta sociedade da abundância, fenómeno relativamente recente, só praticamente atingiu as ilhas açorianas no último quartel século XX, chegando-lhes, ademais, por uma via meramente política e não na decorrência de um desenvolvimento real. Essa via foi a autonomia regional, garantido pelo estado e reforçada, na sua sustentação e a partir de 1986, com os efeitos da integração europeia. A sociedade da abundância tomou desta maneira, nos Açores o caminho mais fácil, porque de menor sofrimento. Só que também mais artificial.

5. Nascida da dinâmica portuguesa da expansão, a perspectiva geopolítica fora um factor primordial do povoamento do arquipélago açoriano. Efectivamente, o maior capital destas ilhas esteve sempre em serem lugares estratégicos, dada a sua localização transatlântica, a que mesmo assim acrescia a fertilidade dos seus solos. Estas características, embora inicialmente só considerados como apoio para a navegação à vela e logo como suporte alimentar às praças do Norte de África, foram-se crescentemente valorizando em função das tensões bélicas ou para-bélicas no espaço atlântico, mesmo quando se pensava em meros portos de escala e suprimento para as frotas das especiarias ou dos minérios americanos.

Já no século XX, a *guerra-fria* e os zigue-zagues da revolução portuguesa potenciaram a importância estratégica dos Açores, o que não contribuiu pouco para alguns aspectos do invulgar estatuto constitucional que vieram a ganhar. Presentemente, contudo, para que as ilhas da chamada ultra-periferia europeia voltem a servir numa perspectiva mais ampla que a dos seus mercados tradicionais, seria preciso que a Europa definisse uma política atlântica global, o que parece longe de suceder, muito menos com a crise em presente curso. Resta a perspectiva estrita da *defesa* – eufemismo recente para o que dantes se chamava *guerra* – muito relacionada com o poder aero-naval e o consequente domínio dos espaços oceânicos, nomeadamente em função das incertezas que subsistem no Levante mediterrâneo, no Médio Oriente e, ultimamente, na própria África Ocidental, sobretudo no que respeita a fontes de energia – mais concretamente, no acesso à exploração petrolífera – o que tem também a ver com a potência marítima, pelo menos atlântica, no século XXI. Essa potência, por ora, continua a ser somente os Estados Unidos da América. O seu aliado mais firme continua também a ser o Reino Unido – o mesmo país que entende a Europa como um mercado comum, não mais do que isso, e vê no outro lado do Atlântico o seu substituto natural em responsabilidades planetárias. Quanto à Europa continental, essa por muito que o diga pouco mais fez até agora que dizê-lo. As suas medidas no campo da defesa propriamente dita – futuro da NATO, emancipação do guarda-chuva norte-americano, intervenções nos Balcãs e no Médio Oriente, para não falar numa nado-morta União Europeia Ocidental – se deixaram delas alguma ideia foi no sentido de dificilmente se tomarem a sério. Resta assim só a projecção da força norte-americana que, aliás, de defensiva apenas terá o nome.

Assim se vê que, numa perspectiva geoestratégica, o papel destas ilhas, até hoje sempre passivo, depende do que convier à potência atlântica. Cabe todavia a interrogação no sentido de esse papel passivo deixar de o ser, ou passar a sê-lo menos, face a um

desenvolvimento interno, uma vez que só este permitirá tirar partido do que antes apenas se contemplara. Ora isto é já uma questão de gente, implicando maturidade social e cívica e, desde logo, uma aposta muito forte e persistente na educação. Algo disto tem vindo a acontecer ao nível do arquipélago, a partir de 1976. Mas, praticamente e embora com reflexos, só a partir de iniciativas e instituições públicas. E por aí se tem ficado.

6. Metaforicamente falando, foram afinal as (sucessivas) «carreiras das Índias» o que mais intensamente marcou a evolução social, económica e até política dos Açores, sendo de lembrar que a primeira delas – a verdadeira Carreira da Índia, ligando o Oriente a Lisboa – era uma empresa da coroa portuguesa. As suas «sucessoras» no arquipélago açoriano, apareceram sempre como algo de origem ou suporte externo, geralmente actuado por agentes também vindos de fora e de que alguns, quando muito, se fixavam nas ilhas. Cada uma destas «sucessoras» – as escalas espanholas da viagem entre as Américas e Sevilha, o comércio da laranja (Reino Unido), a baleação oceânica (América do Norte), os depósitos de carvão para a navegação transatlântica, o nó de cabos submarinos (outra vez o Reino Unido), os préstimos logístico-militares (Estados Unidos da América) – tudo parecia abrir, pela prosperidade mais ou menos fugaz que trazia, um novo ciclo de progresso: justamente o que sempre faltara, o nascido de uma actividade económica endógena, finalmente encontrada como chave para um desenvolvimento real. Mas isso, em boa verdade, nunca aconteceu. Estas diversas sucessoras da Carreira da Índia, no seu reflexo local e sobretudo ao nível de infra-estruturas, dependeram sempre bastante do chamado sector público, até mesmo quando delas tirava partido o sector privado (caso da laranja, aliás começada graças a um primeiro impulso da Capitania-Geral dos Açores, do abastecimento e assistência aos navios, e da própria emigração após a revolução liberal) aproveitando situações e necessidades existentes – e geralmente em regime de monopólio mais ou menos perfeito.

Durante o século XIX, com o Constitucionalismo, e já no século XX, com a República e o Estado Novo, os açorianos entraram a reflectir sobre as suas situações de carência e a tardia resposta que o estado lhes dava a necessidades prementes e actuais, o que tudo levou a tomadas de posição e movimentos cívicos, inicialmente inspirados pelas sucessivas emancipações americanas e expressos na reivindicação de alguma autonomia administrativa como meio de conseguir para a sociedade do arquipélago o desenvolvimento que tardava. Na década de 60 do século XX esta reflexão aprofundou-se com um melhor estudo dos anteriores bloqueios, inclusivamente de ordem financeira, que desde logo tornou

claro ser indispensável uma unidade regional, até então inexistente (por os Açores se acharem fragmentados em três distritos, como anteriormente ao constitucionalismo o haviam estado em capitanias) e levou também à formulação da teoria dos *custos da insularidade como custos da soberania*. Esta teoria, que apresentei publicamente em 1973¹ conduziria, três anos volvidos, a uma definição constitucional dos deveres do estado para com os seus arquipélagos quanto à prestação de suportes técnicos e financeiros ao respectivo desenvolvimento económico e social.

III

O QUE HÁ E O QUE FALTA: a) Autonomia política financeiramente assistida e providencialismo público. b) Dependência do poder quanto às actividades socioeconómicas.

7. As mudanças políticas ocorridas a partir de 25 de Abril de 1974, trazendo a redemocratização de Portugal num quadro de exigência mais intensa e generalizada que a dos tempos da 1ª República, permitiram a rápida descolonização das províncias ultramarinas de África e, para os arquipélagos dos Açores e da Madeira – no culminar de um processo reivindicativo em que se empenhou significativamente a sociedade civil – uma autonomia política expressa na nova Constituição portuguesa, financeiramente garantida pelo estado e, a partir de 1986, substancialmente apoiada por fundos comunitários. Uma vez mais, o factor externo – no caso, a *guerra-fria* – pesou nos motivos dessa solução, reforçando nitidamente a argumentação açoriana com uma intensa componente geopolítica a favor de um estatuto constitucional que, conseguido em 1976, tem vindo a aperfeiçoar-se em sucessivas revisões da lei fundamental.

Cada um dos arquipélagos portugueses dos Açores e da Madeira (este claramente beneficiário do impulso açoriano para a consecução da autonomia política conseguida para ambos, em pé de igualdade) tem presentemente um Parlamento unicameral e um Executivo próprios. Os poderes legislativos regionais são amplos, incluindo alguns aspectos tributários, enquadrados pela lei de finanças das Regiões Autónomas, e tendo como único limite, após a revisão constitucional de 2004, a reserva de competência a favor dos órgãos de soberania nacionais, caso do regime dos direitos, liberdades e garantias, das linhas mestras da organização política do estado bem como de algumas definições em regime

¹ «A Quinta Região» in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vols. XXV-XXVI, 147-164.

geral, incluindo uma lei de finanças. Em termos executivos, estão reservadas ao estado as matérias de defesa e segurança e também a representação externa, sem embargo do direito das regiões autónomas a participar nas negociações de convenções internacionais que lhes digam respeito bem como nos benefícios delas decorrentes, e ainda na definição de políticas respeitantes a águas territoriais, zona económica exclusiva e fundos marinhos contíguos, um privilégio que se estende às comissões de acompanhamento da execução daquelas convenções, como tem sucedido quanto ao uso do território insular por instalações militares estrangeiras e também no relativo à União Europeia. Existe ainda o direito regional de pronúncia, em consulta prévia obrigatória por parte dos órgãos de soberania, em todas as questões da competência destes relativas às regiões autónomas.

A Constituição reserva à Assembleia da República o poder de legislar sobre eleições e estatuto dos titulares dos órgãos do poder local, cabendo porém ao parlamento regional dispor sobre criação, extinção e modificação de autarquias locais (não sobre o respectivo regime) e ainda sobre a criação de órgãos representativos de cada ilha. A tutela administrativa das autarquias locais cabe exclusivamente ao Executivo regional.

Ambas as regiões autónomas estão também dotadas de estudos universitários². No caso dos Açores, estes existem desde 1976, e graduados pelas suas escolas têm vindo crescentemente a preencher quadros da administração pública, a encabeçar empresas privadas locais e a integrar o próprio governo regional.

A institucionalização da autonomia regional para os dois arquipélagos atlânticos produziu ainda efeitos de natureza política ao nível nacional, *inclusive* em protagonismo dos governantes insulares que até incomoda alguns, mas é inegável. A imbricação àquele nível da realidade autonómica conferiu aos dois arquipélagos um peso político desproporcionado da sua dimensão física, humana e mesmo económica. Os líderes regionais – que têm passaporte diplomático e, enquanto presidentes dos Executivos, integram o Conselho de Estado a partir da revisão constitucional de 1982 – ganharam um estatuto «de facto» de *grandes eleitores*, com influência considerável dentro dos respectivos partidos.

² O papel da Universidade no desenvolvimento de regiões insulares é realçado por André Corsino Tolentino, «Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento», Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação in www.adelinotorres.com/teses/André Corsino Tolentino Doutoramento 2006.

8. Isto pelas consequências estritamente políticas. Quanto ao demais, a situação vigente desde 1976 permitiu avanços apreciáveis em termos bem-estar social e de algum desenvolvimento económico, todavia sempre muito dependente de iniciativas ou de apoios públicos: o que, até agora tem desmotivado iniciativas privadas viáveis por si e verdadeiramente auto-sustentadas. Assim, é o próprio regime autonómico – desde 1986 respaldado por ajudas da União Europeia, graças ao estatuto da chamada *ultraperiferia*, atribuído aos arquipélagos portugueses, e ao espanhol das Canárias – que tem funcionado como a última «carreira da Índia» dos Açores. O desenvolvimento conseguido deveu-se sobretudo a outra *empresa da coroa* – ainda que *coroa* meramente regional... – graças a milhares de empregos criados ao nível da administração, contratos públicos e subsídios generalizados. Foi, por isso, relativamente artificial, sem ultrapassar problemas estruturais que subsistem e a correlativa dificuldade de absorver a população activa, que nem sequer cresceu. Mesmo com as garantias constitucionais, é assim de perguntar se a cornucópia autonómica durará eternamente ou se poderá também secar-se como às outras carreiras das Índias sucedeu. Esta a relatividade do progresso havido. É porém inegável estarem criadas, em infra-estruturas físicas e sociais, as bases para um desenvolvimento mais adulto e potencialmente liberto do excessivo enfeudamento ao poder público, local ou nacional que ele seja.

IV

REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO: a) Independência: condições e riscos. b) Desenvolvimento: progresso que liberta. c) Cidadania: ser cidadão sem ser súbdito, marca da sociedade desenvolvida.

9. A República Democrática de Cabo Verde faz parte do numeroso grupo dos chamados micro-estados com passado colonial recente e que chegaram à independência nos anos subsequentes à 2ª guerra mundial de 1939-45³.

O estatuto de país independente, livre e soberano é algo a que geralmente aspiram as sociedades vivendo ou tendo vivido na condição de colónias, como tais sujeitas ao mando e à exploração de uma metrópole longínqua e aspirando a um auto-governo sem constrições. Para que tal estatuto se alcance podem acontecer situações de resistência

³ Cf. Ilídio do Amaral, «A irrupção dos pequenos estados insulares após a 2ª guerra mundial», in «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», vol. XII, nº 44 (1987), pp. 297-359.

passiva, como foi o caso da Índia, revoltas e guerras ou guerrilhas locais bem sucedidas ou até convulsões na metrópole, como veio a suceder, em autêntica catadupa, no caso português, sobretudo na sua incidência em situações insulares onde nem sequer existia uma rebelião armada.

Para que a independência seja uma realidade em termos não meramente nominais é mister que a população do novo estado disponha de um grau mínimo de desenvolvimento económico e social susceptível de lhe permitir a existência de uma classe média significativa, cadinho de dirigentes políticos, e não só, com capacidade organizativa e, nomeadamente, de interlocução internacional efectiva. Daí situações de fragilidade que inicialmente têm surgido nos muitos estados novos que apareceram durante o século XX, e é muito sensível em variadas áreas, mormente em contactos externos, sobretudo quando estes incidem sobre o aproveitamento de recursos naturais do país. Os exemplos do que se passou com diversos desses países novos estão à vista – lembro o caso de Timor e o que bem pode, a breve prazo, vir a acontecer em São Tomé e Príncipe, ambos eles relacionados com possibilidades de exploração petrolífera – perante a inexistência de uma realidade social apta a tomar em suas mãos um governo capaz de interlocução internacional à maneira do nosso tempo, com o correlativo risco de o poder vir a cair nas mãos de um grupo *mínimo* que fale e aja em nome de todo o povo, Deus saberá se sempre no interesse deste.

10. Não tenho, em qualquer caso, autoridade para falar sobre os problemas do desenvolvimento e da independência da República de Cabo Verde. Não posso nem devo, contudo, abstrair do facto, que julgo incontroverso, de se tratar de um pequeno país insular, subtropical e saído de uma recente condição colonial, esta na dependência de uma metrópole que, ela própria, se debatia (como ainda hoje se debate) com atrasos económicos e educativos estruturais, razão pela qual ainda se não livrou da necessidade de recurso a auxílios externos para tentar superá-los; de um país com carência de quadros profissionais; de um país sujeito a pressões demográficas que induzem uma forte emigração; enfim, de um país com características acentuadas do que se convencionou chamar «terceiro-mundo», e que, face ao seu produto interno bruto actual, é considerado ainda entre os *países pobres* do mundo. Mas também de um país que, pelo patente esforço de lisura política interna tem vindo a ganhar o respeito da comunidade internacional.

Perante um quadro destes, e perante estas interrogações, que utilidade poderá ter para Cabo Verde o conhecimento mais aprofundado da experiência política e administrativa de uma região como a dos Açores? Dos Açores que, não provindo de um

passado colonial recente e pelo menos equiparável, sofriam também de atrasos no seu desenvolvimento, é certo, mas infinitamente menores que os de Cabo Verde; cujo produto interno bruto é substancialmente superior ao deste arquipélago; que mantêm como referência, ainda longínqua embora, um nível de vida equiparável ao da média europeia; e cuja riqueza se reduz à fertilidade do seu solo vulcânico, conjugada com uma localização geográfica interessante em termos de domínio do oceano e das suas linhas de tráfego, a par de definirem uma vasta zona económica exclusiva com cerca de um milhão de km².

No entanto, o grau de relativo desenvolvimento alcançado pelo arquipélago açoriano nos últimos trinta anos – em boa parte devido à personalidade política que lhe trouxe a autonomia regional, e também à existência de estudos universitários, com estabelecimentos localizados em três ilhas da Região; a sua estruturação administrativa adaptada à realidade pluri-insular, bem como a prática de contactos e participações institucionais externas, com a decorrente abertura ao mundo – tudo isto representa já um capital de experiência cujo conhecimento pode eventualmente ser partilhado com este país pelo que de comum um e outro tenham.

É que as experiências dos dois arquipélagos não deixam de apresentar paralelismos, além da contemporaneidade, mau grado as diferenças inegáveis que entre eles subsistem. Daí a vantagem do conhecimento mútuo, sem nada pretender ensinar, mas na suposição, porventura recíproca, de haver sempre algo que se aprenda. Ocorre-me aliás que, quando se preparou o primeiro projecto de Estatuto açoriano, em 1975-1976, a comissão que o teve a seu cargo, e da qual fiz parte, procurou conhecer o que ao tempo havia sobre a governação de situações insulares – segundo um leque suficientemente amplo que ia desde a Islândia, independente a partir de 1947, até ao arquipélago das Comores, no Índico, que por essa mesma altura acedia à independência em três das suas ilhas enquanto uma quarta, Mayotte, escolhia, em referendo, continuar ligada à metrópole francesa, como «território do Ultramar»⁴. Aprender, pois, com os passos que, num arquipélago e noutro, vêm sendo dados na promoção dos seus habitantes, independentemente mesmo do que exista em perspectivas de valor económico, até porque as necessidades básicas no respeitante aos pressupostos do desenvolvimento económico e social generalizado são sempre as mesmas.

⁴ Situação que justamente agora, em um novo referendo de Abril último, o eleitorado de Mayotte pretende que a França mude para «departamento de Ultramar»: o que, a conseguir-se, lhe traria as vantagens de um estatuto europeu, segundo o próprio Tratado de Roma.

11. Este *desenvolvimento*, chave de todo o progresso, é um processo natural de evolução, eventualmente acelerado ou frenado por factores anormais que, todavia, o não põem em causa na sua força íntima. E tal força, como o nome indica, não decorre de factores alheios à própria população. O desenvolvimento faz como que desabrochar as virtualidades próprias das pessoas, com o inerente avanço das suas condições de vida – desde as económicas às culturais e às de mero bem-estar – generalizando, para cada uma, as oportunidades da sua realização humana.

Se compararmos o *desenvolvimento* com o *subdesenvolvimento*, vemos que este se caracteriza por um deficiente aproveitamento dos recursos naturais, um excessivo predomínio da agricultura no quadro das actividades produtivas, o uso de técnicas primitivas, a preponderância do auto-consumo e uma deficiente distribuição da – pouca, aliás – riqueza efectivamente aproveitada. Mantêm-se estruturas estratificadas e arcaicas, desde o regime da posse da terra à organização dos órgãos do poder, e predominam as oligarquias, por vezes autênticas tiranias individuais ou de uma *clique*. Nos casos mais benignos, o poder público é paternalista e a efectiva participação do comum das gentes no seu exercício ou não existe ou se reduz a esquemas formais ineficazes, manipulados por grupos de pressão ou caciques locais. As fórmulas conservadoras dessas velhas estruturas apoiam-se em razões e forças morais que vão de certos entendimentos estereotipados da cultura tradicional até formas típicas de conformismo religioso. E tiram partido, a um tempo, do relativo analfabetismo e de meios de comunicação que estimulam a passividade, em ordem a suscitar adesões que garantam a manutenção do *status quo* vigente. Muitos agentes destas formas disfarçadas de servidão são indivíduos medíocres, alinhados a troco de um estatuto socioeconómico que dantes não possuíam. E tudo isto em paralelo com a exploração, externa e/ou em benefício de uma classe política instalada e restrita, de recursos novos e alheios as actividades tradicionais.

É por isto que desenvolvimento corresponde a uma *libertação* – desde logo, libertação de atrasos e de bloqueios a uma vida social que se pretende mais intensa, mais livre e mais exigente. Não é apropriação do alheio e, sobretudo, não é parasitismo de nada: antes consiste em fazer aparecer numa sociedade o que de melhor ela tem, mesmo que até então escondido, atrofiado ou ignorado. Por isso só é possível com a *participação interessada* dessa comunidade, assim tornada agente do seu próprio progresso. O que supõe um mínimo de recursos, desde os naturais até aos humanos – estes, de longe e em qualquer caso, os mais importantes e decisivos. Porque, a existirem, conseguem mesmo suprir a falta

de muitos daqueles outros. Só que isto não se consegue no curto período de uma geração. Nem talvez de duas.

12. Uma já antiga e razoável definição diz-nos que a «nação» é uma *comunidade histórica de cultura com vocação política*. E o ponto está aqui mesmo. No caso deste novo país, independente na grande vaga da descolonização, parece claro que ele corresponde a uma comunidade histórica de cultura, fortemente marcada pela presença portuguesa de séculos, com todas as suas qualidades e todos os seus defeitos. Mas a *vocação política* dessa comunidade não é menos necessária. Como também o é, aliás como seu pressuposto, a existência de uma realidade social apta a tomar em suas mãos um governo capaz de dar as garantias para as quais o próprio conceito de estado se criou, nomeadamente aos níveis da organização, da segurança pública e da interlocução internacional. E aqui já podem caber algumas interrogações, bem como o risco de o poder cair nas mãos do tal grupo *mínimo e fechado* que fale e aja em nome de todo o povo, com discutível legitimidade para isso⁵.

De facto, a verdadeira independência, a substantiva – como, a outro nível, aliás, a verdadeira autonomia – depende de um grau de desenvolvimento sem o qual não existe a massa crítica que a faça passar do meramente nominal ao efectivamente real. Também não é fácil chegar lá. E, até que se chegue, haverá sempre um período de transição que nunca pode ser breve, porque é um verdadeiro processo de amadurecimento. Ele tem de facto a ver com a formação de cidadãos em vez de meros súbditos de um poder que, esse, sempre emana naturalmente de qualquer sociedade, mas que só um grau avançado e sedimentado de educação generalizada a faz desejar, assumir e, afinal, impor com a necessária qualidade de serviço público. É também só nessa fase que os grandes ideais da democracia – na histórica definição de Lincoln, o *governo do povo, pelo povo e para o povo* – têm condições de realização. Porque, sendo os homens, individualmente e associados, os agentes principais do seu próprio desenvolvimento, o mais proclamado motivo para a existência de fórmulas de auto-governo, quaisquer que elas sejam, reside justamente na possibilidade de auto-escolha e do impulso a tal desenvolvimento, descobrindo e estimulando os recursos naturais e humanos da comunidade que as recebe e assume.

13. Mas este é somente o seu primeiro estágio – o estágio *público*, por assim dizer. Porque ainda falta o segundo, o estágio *privado*, caracterizado pela redução e afino

⁵ Neste sentido, o artigo de Ilídio do Amaral «Vicissitudes geográfico-políticas na zona tropical» (1997), in www.riototal.com.br/academicos.

do papel do poder político às funções essenciais deste (que podem ser aumentadas, conjunturalmente, em situações de crise, como parece ser o caso nos tempos que correm) deixando a cada cidadãos a tarefa de, em tudo o mais, cuidar de si sem prejuízo dos demais e até valorização do todo. Deve dizer-se que, no fenómeno cultural português, de que ambos os nossos arquipélagos são tributários, não é notória esta tendência emancipatória da sociedade civil relativamente ao poder público, ao qual esta tende sempre a acolher-se em busca de protecção, não só em épocas de crise (como presentemente acontece) mas mesmo fora delas.

Seja como for, não há solução política que valha, ou sequer que sobreviva a prazo, se a comunidade a que ela se destina lhe não corresponder em independência de espírito, criatividade e em trabalho próprio. Por isso o caminho para lá se chegar é árduo. Mais ainda com a herança cultural que todos arrastamos, e em ambos os nossos arquipélagos, sublinhe-se. Mas não vale a pena desanimar, porque se trata, inevitavelmente e em qualquer caso, de uma tarefa para gerações.

*Álvaro Monjardino
Instituto Histórico da Ilha Terceira
Academia Portuguesa da História*